



LICITAÇÃO N.º 035/2012
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Santo Antônio da Patrulha - RS, **Sr. DAIÇON MACIEL DA SILVA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO, DO TIPO MENOR PREÇO sob o N.º. 035/2012**, em conformidade com a Lei Federal N.º. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e Lei Complementar 123/2006, cujo Envelope n.º. 01 contendo a Habilitação e n.º. 02 contendo a Proposta de Preços, deverão ser entregues na data, local e horário, aqui determinados, mediante as seguintes condições:

- **DATA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO: 23/07/2012.**

- **HORÁRIO: 14 HORAS**, onde deverá ocorrer a entrega dos envelopes n.º. 01 Habilitação e n.º. 02 Proposta de Preços, à Comissão Permanente de Licitações.

- **LOCAL: SALA DE REUNIÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL**, sito, na Av. Borges de Medeiros, n.º. 456, Santo Antônio da Patrulha – RS – CEP 95.500-000.

1- OBJETO:

O objeto da presente Tomada de Preços consiste na contratação de empresa para a prestação de serviços e fornecimentos de materiais, destinados a pavimentação com pedra basáltica irregular e meio fio em concreto, nas Estradas Rubens das Neves e Otávio Benjamin, localizadas na Costa da Miraguaia, 2º Distrito deste Município, decorrente do contrato de repasse n.º 0329.428-19/2010/Ministério do Turismo/caixa, em conformidade com o Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Minuta do contrato em anexo, sendo estes, parte integrante do presente edital licitatório.

OBSERVAÇÕES DO OBJETO:

- a) **A respectiva obra será executada de forma indireta, no regime de empreitada por preço global.**
- b) **Serão desclassificadas as propostas apresentadas com valor superior ao orçado por esta Municipalidade, ou seja, que ultrapassarem o valor de R\$ 271.590,90.**
- c) **O presente processo SOMENTE será homologado pelo Prefeito Municipal após emissão do ofício de liberação do recurso pela Caixa Econômica Federal decorrente do Contrato de Repasse n.º 0329.428-19/2010/Ministério do Turismo/ Caixa.**



2 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

Poderão participar da presente licitação, empresas do ramo pertinente ao objeto desta, **que se cadastrem no Município, até o dia 18/07/2012**, devendo, para tanto, apresentar em original ou por processo de cópia xerográfica devidamente autenticadas em cartório competente, ou por servidor desta Municipalidade, ou ainda publicação em Órgão Oficial, os documentos a seguir discriminados:

Observação: Os documentos descritos nos itens “2.1 ao 2,5” serão necessários para a elaboração do Certificado de Registro Cadastral – CRC.

2.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

2.1.1- Registro comercial, no caso de empresa individual;

2.1.2- Ato constitutivo, estatuto ou **CONTRATO SOCIAL (acompanhado da última alteração, se houver)**, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades de ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

2.1.3- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2.2 - REGULARIDADE FISCAL:

2.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional Pessoas Jurídicas (**CNPJ/MF**), instituído pela Instrução Normativa nº. 054 de 22 de junho de 1998;

2.2.2- Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (DIC) ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

2.2.3- Prova de regularidade com a **FAZENDA FEDERAL (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais, conjunta com a Certidão Negativa de Débitos quanto à Dívida Ativa da União), ESTADUAL e MUNICIPAL**, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;

2.2.4- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (**INSS**), e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

2.2.5- Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de CERTIDÃO NEGATIVA, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



2.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

2.3.1- Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, **CREA**, devendo possuir Engenheiro Civil ou Arquiteto, devidamente habilitado.

2.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

2.4.1- BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS do último exercício social, devidamente **autenticado na Junta Comercial**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03(três) meses da data de apresentação da documentação para cadastro. As demonstrações contábeis exigidas devem estar de acordo com o que rege a Lei 6.404/76, atualizada pela Lei Federal 9.457/97, em seu art.176.

OBS.: Na análise dos Balanços, para comprovação da boa situação financeira e econômica das empresas serão utilizados os seguintes índices:

INDICADORES	FÓRMULA	ÍNDICES MÍNIMOS
Liquidez Corrente (LC)	$LC = (AC/PC)$	LC = 1
Liquidez Geral (LG)	$LG = (AC+RLP)/(PC+ELP)$	LG = 1
Solvência Geral (SG)	$SG = AR/(PC+ELP)$	SG = 1,2
Endividamento Geral	$EG = (PC+ELP)/(PATR.LIQ)$	EG = MENOR QUE 1

LC - Avalia a capacidade da empresa em saldar as suas obrigações a Curto Prazo.

LG - Mede a capacidade da empresa em liquidar suas dívidas a Longo Prazo.

SG - Mede a capacidade financeira da empresa a Longo Prazo para satisfazer as obrigações assumidas perante terceiros, exigíveis a qualquer prazo.

AC - Ativo Circulante.

PC - Passivo Circulante.

RLP - Realizável a Longo Prazo.

ELP - Exigível a Longo Prazo.

AR - Ativo Total diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro (Ex. ativo diferido, despesas pagas antecipadamente).

EG = Endividamento Geral.

2.4.2- CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, em prazo **não superior a 60 (sessenta) dias** da data designada para a apresentação do documento.



2.5 - OUTROS DOCUMENTOS:

2.5.1- ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO/LOCALIZAÇÃO, da empresa proponente;

2.5.2- DECLARAÇÃO, assinada pelo representante legal da empresa, devidamente identificado por carimbo ou datilografia do nome e qualificação, em papel timbrado (se houver) da empresa, sem rasuras, entrelinhas ou emendas, de **que não foram declarados inidôneos para licitar ou contratar** com o Poder Público, nos termos do Art. 87, IV da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

2.5.3- DECLARAÇÃO, assinada pelo representante legal da empresa, sob as penas da Lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art.7º. da Constituição Federal.

2.6 - OS DOCUMENTOS RETRO CITADOS DEVERÃO:

2.6.1- Estar em plena validade e atenderem a legislação pertinente a sua emissão, e quando não tiverem sua validade expressa, deverão ser emitidos, no máximo com 60 dias de antecedência da data prevista para a abertura das propostas.

2.6.2- Serem apresentados em uma via, original ou por processo de cópia xerográfica autenticadas em cartório competente, ou servidor desta Municipalidade, ou ainda, publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

2.6.3- A contratada fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.7- É DE TOTAL INTERESSE E RESPONSABILIDADE DA EMPRESA PROPONENTE:

2.7.1 - Entrar em contato com a Comissão de Cadastro das Licitações, para verificar se a sua documentação chegou até as mãos desta e se foi apresentada corretamente, conforme exigido neste edital. Ressaltamos, que a Comissão de Cadastro não se responsabilizará em avisar as empresas que por ventura enviarem documentos que estejam vencidos, faltando e etc.

2.7.2 - Retirar o seu CRC junto ao Setor de Compras e Licitações.

3 - FORMA DE PAGAMENTO:

3.1- O pagamento da prestação dos serviços, objeto deste contrato, dar-se-á em moeda corrente vigente no País, da seguinte forma:

3.1.1- Efetivado por 04 (quatro) parcelas mensais, com vencimento até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente, após o término de cada etapa, correspondentes aos serviços estabelecidos para cada etapa de execução, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro.



3.1.2- As respectivas parcelas, somente serão liberadas para quitação, mediante autorização por escrito - LAUDO TÉCNICO, pelo Engenheira Civil Eliane Peirano Coutelle, responsável pela vistoria da obra. A nota fiscal deve vir acompanhada do comprovante de registro da obra junto ao INSS, Certidão Negativa de Débito do referido órgão, prova de regularidade junto ao FGTS, cópia da carteira de trabalho assinada, documento de eventuais pagamentos de insalubridade, cópia dos recibos de pagamentos salariais e, se for o caso de verbas rescisórias, dos referidos funcionários

3.1.3- As faturas mensais, relativas aos serviços executados pela **CONTRATADA**, deverão conter as quantidades e valores de todos os serviços executados a partir do início das obras, figurando como importância a pagar em todo o mês, a diferença entre o total já faturado nos anteriores e o mês em cobrança, devendo constar, obrigatoriamente, no corpo das Notas Fiscais o seguinte: **TOMADA DE PREÇOS Nº 035/2012**, e o nº do empenho prévio, emitido por esta Prefeitura, referente a esta obra.

3.1.4- A **CONTRATADA** deverá emitir e apresentar ao **CONTRATANTE**, fatura em 03 (três) vias, da qual constem, discriminadamente, por itens e detalhes, todos os serviços executados, após a conclusão de cada etapa.

3.1.5- O CNPJ da **CONTRATADA** constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

3.1.6- Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, por parte da mesma, de qualquer de seus Sócios ou Diretores, correspondente a Tributos ou outros, de qualquer natureza, para com a **CONTRATANTE**, assim como, pela inadimplência deste ou outro Contrato qualquer.

3.1.7- A **CONTRATANTE** não efetuará nenhum pagamento a **CONTRATADA**, caso este, em que a mesma tenha sido multada, antes de ter sido paga a multa.

3.1.8- A **CONTRATADA** deverá apresentar a **CONTRATANTE** a quitação mensal da folha de pagamento dos funcionários que trabalharão na execução da obra, ou, do respectivo contrato de prestação de serviços, bem como, comprovante de quitação dos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.

3.1.9- A Prefeitura Municipal não realizará liquidação e pagamento de despesas sem que a **CONTRATADA**, comprove documentalmente, a concessão de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), o pagamento integral de salário, férias, gratificação natalina, verbas rescisórias e o recolhimento integral de INSS e FGTS, relativamente a todos os empregados vinculados aos serviços contratados. Bem como, fiscalizará o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária por parte da **CONTRATADA**.

4 - DO RECEBIMENTO DA OBRA, POR PARTE DA CONTRATANTE:

4.1 – **Provisoriamente**, pelo Engenheira Civil Eliane Peirano Coutelle, responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado (Laudo Técnico de



Vistoria), assinado pelas partes, dentro de 10(dez) dias da comunicação por escrito da CONTRATADA.

4.2 - **Definitivamente**, pelo Engenheira Civil Eliane Peirano Coutelle, responsável e designados pela autoridade superior competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, que será de 30(trinta) dias, ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

4.3 – O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ética-profissional, pela perfeita execução do contrato.

4.4 – A CONTRATANTE, rejeitará no todo ou em parte, a obra ou serviço, que estiver em desacordo com o edital licitatório, seus anexos e respectivo contrato, ou que demonstre qualquer anormalidade (defeito e avarias) na sua execução.

4.5 – A fiscalização da respectiva obra, bem como, do respectivo contrato, será efetuado pelo Engenheira Civil Eliane Peirano Coutelle.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO A EMPRESA DEVERÁ OBEDECER AOS SEGUINTE CRITÉRIOS, SOB PENA DE DECAIR O DIREITO DE CONTRATATAR:

5.1.1– Apresentar a relação dos funcionários envolvidos, diretamente, na execução da obra, obrigando-se a mantê-la atualizada durante a vigência do contrato.

5.2 – DOS TERMOS DO CONTRATO À SER FIRMADO:

5.2.1 - O contrato a ser firmado entre as partes, terá vigência de **120 (cento e vinte) dias úteis e trabalhados**, contados da data de recebimento da ordem de serviço por parte da empresa contratada, podendo ser prorrogado o prazo a critério da contratante, mais 40 dias até seu recebimento definitivo.

5.2.2 Somente será autorizado o início da obra mediante autorização por escrito da União, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal para o início das obras e/ou serviços objeto processo licitatório, conforme o item 5 da cláusula quinta do contrato de repasse nº 0329.428-19/2010/Ministério do Turismo/Caixa.

5.2.3. - A LICITANTE VENCEDORA ao ser convocada para assinatura do respectivo contrato, deverá apresentar-se, no prazo máximo de 03(três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação.

5.2.4 - A empresa deverá consignar garantia da revitalização de 05 (CINCO) anos, conforme previsto no art. 27 da Lei nº.8.087 de 11/09/90.

5.2.5 – A contratada deverá permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como, dos órgãos de controle interno e externo a seus documentos e registros contábeis, conforme alínea “j” do item 3.2 do Contrato de repasse nº 0329.428-19/2010/Ministério do Turismo/Caixa.



5.3 – DURANTE À EXECUÇÃO DO CONTRATO:

5.3.1– Substituir no prazo máximo de uma semana, pessoa sob a sua responsabilidade, que esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos.

5.3.2- Refazer quaisquer obras e serviços, ou, substituir materiais executados ou fornecidos com defeitos, avarias ou em desobediência às Normas Técnicas Vigentes, às suas expensas, desde que, atestado pela Fiscalização do Município, que registrará o fato no Diário de Obras, e determinará as providências cabíveis no caso.

5.3.3 – Remover durante e após a conclusão dos trabalhos, entulhos, restos de materiais e lixos de qualquer natureza, provenientes da obra ou serviços, objeto da presente licitação.

5.3.4 – Cumprir e fazer cumprir, todas as normas Federais, Estaduais e Municipais regulamentadoras, sobre medicina e segurança de trabalho de seus empregados, bem como, assumir todas as responsabilidades decorrentes da relação de trabalho, tais como, os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas.

5.3.5 – Reservar em seu canteiro de obras, instalações para uso da fiscalização da CONTRATANTE, devendo estas instalações, serem submetidas à aprovação desta, se necessário assegurando à mesma o acompanhamento do responsável pela obra e o fornecimento de todas as informações requeridas, bem como, acesso seguro à todos os locais da obra.

5.3.6– Sinalizar e iluminar convenientemente, às suas expensas, os trechos de execução da obra ou serviço, objeto desta licitação, de acordo com as Especificações Técnicas e Normas Brasileiras, vigentes, bem como, as em vigor no Município.

5.3.7– Executar tapume em compensado, na frente e laterais do terreno, até o alinhamento da construção existente.

5.3.8– Colocar, às suas expensas, nos lugares de execução das obras ou serviços, em locais visíveis, desde a instalação do canteiro, 02(duas) placas com dizeres e dimensões, de acordo com o modelo fornecido pelo Município, as quais, no término das obras passarão à propriedade deste Município e deverão ser recolhidas ao depósito da Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança.

5.3.9– Reservar em sua sede, local para o acompanhamento e fiscalização dos serviços pelos Engenheiros/Arquitetos indicados pela CONTRATANTE.

5.3.10– Tomar todas as providências relativas às máquinas, equipamentos e transportes necessários à execução da obra.

5.3.11 – Efetuar o pagamento de todos os impostos, diretos e indiretos referentes à execução da obra.

5.3.12– Manter no Diário de Obras, registros de todas as ocorrências da obra, relativas a serviços, prazos, pessoal, maquinários, comunicações entre as partes e demais fatos que se fizerem necessários, atualizados dia a dia.

5.3.13– Durante toda a vigência do contrato, toda correspondência enviada pela CONTRATADA à CONTRATANTE, referente ao objeto do contrato, deverá ser



encaminhada, exclusivamente por meio dos Engenheiros ou Arquiteta, fiscais indicados pelo Município.

5.3.14- Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade, especialmente, aos referentes aos bens objetos desta licitação.

5.3.15- Assumir inteira e expressa responsabilidade, pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução dos serviços decorrentes desta licitação.

5.3.16- Prestar informações exatas, e não criar embaraços à fiscalização da CONTRATANTE.

5.3.17- Não transferir a terceiros no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, bem como, do contrato a ser firmado entre as partes.

5.3.18- Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causá-los, em decorrência da execução do objeto contratual.

5.3.19 - Manter no local da obra ou serviço, o Engenheiro Civil ou Arquiteto responsável, legalmente habilitado e de comprovada experiência na execução de obras ou serviços, similar ao do objeto da presente licitação.

5.3.20 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados, sem ônus a CONTRATANTE.

5.3.21 - O representante da CONTRATANTE, anotar em livro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados. As decisões ou providências que ultrapassem a sua competência, serão solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

5.3.22- Registrar o serviço da empreitada no CREA, em observância ao disposto na Lei n.º 6.496, de 07 de dezembro de 1977, da área a ser ampliada.

5.3.23- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.24- A CONTRATADA deverá permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como, dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis, conforme alínea "j" do item 3.2 do contrato de repasse nº 0329.428-19/210/Ministério do Turismo/Caixa.

5.3.25 - **Ressaltamos que, faz-se necessário respeitar as seguintes restrições contidas no parecer técnico 009/2012:**

a) Solicitação de autorização prévia expedida pelo Departamento de Meio Ambiente, quando da necessidade de supressão vegetal;



- b) A implementação da obra deverá obedecer rigorosamente ao memorial descritivo apresentado a este Departamento;
- c) O material remanescente resultante das obras deverá ser reutilizado, referente ao envaletamento através de escavação mecânica, item 1 – serviços preliminares;
- d) A empresa contratada para execução da obra deverá responsabilizar-se por qualquer dano ambiental que venha a ocorrer durante o processo de execução;
- e) A empresa contratada deverá adotar procedimentos técnicos em conformidade com a legislação ambiental municipal a fim de minimizar impactos na vizinhança no que se refere à emissão de ruídos, poluição atmosférica e transtorno no trânsito;
- f) Fica expressamente proibido o acúmulo de entulhos proveniente da obra no local de implementação dos serviços, sendo que os mesmos deverão ser encaminhados a local devidamente licenciado;
- g) O material a ser utilizado, descrito no item 3 – materiais, deverá ser proveniente de jazida (s) licenciada (s);
- h) Os equipamentos descritos no item 4, deverão estar de acordo com as normas de segurança do trabalho com relação a ruídos e vibrações;
- i) O saibro a ser utilizado na execução dos serviços, item 5 do material descritivo, deverá ser proveniente de jazidas licenciadas;

6- RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE:

6.1- O pagamento das parcelas, conforme determinado nas Cláusulas da minuta do contrato.

6.2- A fiscalização dos serviços contratados, para exigir o fiel cumprimento do objeto contratual, o que será feito através do Servidor Municipal Engenheiro Civil Jarbas Freitas Machado, designado pela Secretaria Municipal da Gestão e do Planejamento, do CONTRATANTE.

6.3- A fiscalização do cumprimento da prestação dos encargos sociais, previdenciários e trabalhistas devidos aos seus empregados, dar-se-á através de funcionário designado pelo Setor de Contabilidade.

7 - PARA A HABILITAÇÃO

7.1- O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR NO ENVELOPE Nº. 01:

7.1.1 – CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL - CRC, emitido pelo Município de Santo Antônio da Patrulha - RS, **em plena vigência**, sendo que este deverá ser apresentado em original, ou por processo de cópia xerográfica, devidamente autenticado em cartório, ou por servidor desta Municipalidade.

7.1.2 – Declaração fornecida pelo órgão licitante, de que a participante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das



obrigações objeto da licitação. **Devendo esta, ser assinada pelo facilitador ou gestor do projeto e, pelo responsável técnico da empresa.**

7.1.3 – Comprovação de aptidão técnico-operacional, em nome da empresa, registrado no CREA para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com os objetos da licitação, que será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

7.1.4- Comprovação de capacitação técnico-profissional em nome do responsável técnico da empresa, registrado no CREA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, através de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes aos objetos ora licitados.

7.1.5 - Comprovação de vínculo empregatício entre o responsável técnico e a empresa. O responsável técnico deve ser do quadro permanente do licitante, devendo comprovar sua condição de sócio, empregado ou contratado, através de cópia autenticada do respectivo documento.

7.1.6 – Os documentos solicitados no CRC – Certificado de Registro Cadastral, que por ventura estiverem com o prazo de vigência expirado, deverão ser substituídos pelo licitante por documentação com vigência válida antes da entrega do envelope correspondente, sob pena de inabilitação.

7.2 – DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

7.2.1 – Todos os documentos constantes no envelope nº.01, deverão estar autenticados, exceto, os originais e os emitidos via internet, pois estes últimos possuem certificação digital.

7.2.2- Será admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

7.2.2.1- Considera-se compatível o objeto cuja complexidade tecnológica seja similar aos objetos licitados e sua execução **garde proporcionalidade entre as áreas executadas e os períodos utilizados para tanto.**

7.3 – DOS DEMAIS DOCUMENTOS

7.3.1 - O representante da licitante deverá estar munido de documento de identidade e de uma **PROCURAÇÃO e/ou CARTA DE CREDENCIAMENTO, com firma reconhecida em cartório**, outorgando plenos poderes ao mesmo, para tomar qualquer decisão relativa a todas as fases do processo licitatório, inclusive, desistência de interposição de recursos. Se o participante for dirigente da empresa, deverá apresentar o comprovante de sua investidura. Cada licitante poderá ter **somente 01 (um) representante** para intervir,



quando necessário, em qualquer fase do processo licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos por sua representada.

7.3.1.1- Para os proponentes que concluírem o seu cadastro até o dia previsto no item "2" deste edital, será emitido o CRC – Certificado de Registro Cadastral. Porém, ressaltamos que, se algum documento constante do CRC vencer até a data de abertura da licitação, o proponente deverá, obrigatoriamente, providenciar um novo e revalidá-lo junto ao Setor de Compras desta Prefeitura, e/ou apresentar o novo documento em original ou cópia xerográfica (já devidamente autenticado em cartório competente ou por servidor desta Municipalidade) anexo ao CRC, no dia da abertura da licitação.

7.3.2- A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos item 14, deste edital, DEVERÁ apresentar no envelope nº.01/habilitação, DOCUMENTO EMITIDO PELA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO, comprovando que a mesma se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte (ou, ainda, no caso de cooperativa, de que satisfaz as exigências do art. 34 da Lei 11.488/07).

7.3.2.1- O referido documento deverá ser referente ao último Balanço Patrimonial registrado.

7.3.2.2- A empresa que deixar de apresentar a comprovação dos itens 7.3.2 e 7.3.2.1 receberá o mesmo tratamento dispensado às demais empresas não beneficiadas pelo Estatuto da Microempresa, sendo entendida a sua OMISSÃO, como renúncia a qualquer privilégio.

7.3.3 - Caso, declarado inabilitado um ou mais licitantes, as Propostas de Preços (envelope nº. 02), serão guardadas em invólucros lacrados, a cargo e responsabilidade da Comissão Permanente de Licitações, designando-se nova etapa para abertura das mesmas, obedecido o prazo de recurso previsto no Art.109 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, a não ser, que haja desistência expressa por escrito em ata ou outro documento, ao referido recurso, pelos licitantes inabilitados.

8 – PROPOSTAS DE PREÇOS – ENVELOPE Nº. 02:

8.1 – PRAZO DE VALIDADE

As propostas consignadas vincularão o proponente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento das mesmas.

8.2 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

8.2.1- O julgamento e classificação das propostas, serão avaliados em função do PREÇO COTADO GLOBAL (recuperação das duas praças, objeto desta licitação), classificando-se em primeiro lugar, a proposta formulada de acordo com as especificações descritas no edital licitatório e seus anexos, e que consignar o MENOR PREÇO. Ocorrendo empate, adotar-se-á o critério de sorteio, conforme Art. 45, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

8.2.2- Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como com valor superior ao orçado por esta Municipalidade, ou seja, que ultrapassem o valor de R\$ 271.590,90.



8.3 – FORMA DE ELABORAÇÃO:

8.3.1 - As propostas deverão ser datilografadas ou impressas, em uma via, em idioma português, datadas e assinadas pelos representantes legais da licitante, rubricadas, isentas de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.

8.3.2 - Considerando tais, a proposta deve abranger preços com inclusão de impostos em valores unitários e totais, **já incluídos os custos de frete ou deslocamento**, considerando o local da obra previsto neste instrumento, com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, cotados em moeda corrente nacional.

8.3.3 - Consignar os preços por item, ou seja, para a recuperação de cada praça, devendo os unitários e totais, serem expressos em algarismos, e a soma do TOTAL GERAL DA PROPOSTA de cada praça, e por fim, a soma TOTAL DA PROPOSTA PARA RECUPERAÇÃO DAS DUAS PRAÇAS, em algarismos e por extenso, em moeda corrente nacional.

8.3.4 - As propostas deverão abranger as despesas com a prestação de serviços e o fornecimento de materiais, para a execução da respectiva obra, objeto deste certame e serem elaboradas apresentando as seguintes informações:

- a.1) Valor total dos Materiais: R\$
- a.2) Valor total da Mão-de-Obra R\$
- a.3) Total Geral da Proposta: R\$ (por extenso)

8.3.4.1 - Os licitantes deverão, obrigatoriamente, apresentar anexo a sua proposta, as respectivas Planilhas Orçamentárias e os Cronogramas Físico-Financeiros, assinados pelo responsável técnico da empresa, contendo todas as discriminações necessárias para um bom entendimento e julgamento da presente licitação, portanto, deverão estar em conformidade com o solicitado neste edital e seus anexos, sob pena da proposta que divergir destas condições ou dificultar o seu julgamento, ser declarada “desclassificada” do certame.

9- GARANTIA

No prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar garantia, numa das modalidades previstas no art. 56, § 1.º, I, II e III, da Lei 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contrato.

10 – DAS PENALIDADES

Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá decidir pela **RESCISÃO CONTRATUAL**, independentemente das seguintes penalidades.



10.1- Multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, na entrega do objeto, limitado esta a 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria, após será considerado inexecução contratual;

10.2- Multa de 8 % (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 01 (um) ano.

10.3- Multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.

10.4- A Inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais aplicáveis, de acordo com Art. 87 da 8.666/93. Constitui também, motivos para a rescisão do contrato os arrolados no art. 78 da mesma Lei.

10.5- A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.6- Nenhum pagamento será feito ao contratado que tenha sido multada antes de paga a multa.

10.7- Causar prejuízo material resultante diretamente da execução ou da inadimplência contratual: declaração de inidoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de ate dois anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato.

10.8- Da aplicação das penas definidas nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, e 10.7, da clausula nona, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

10.9- A defesa prévia ou pedido de reconsideração relativa às penalidades dispostas será ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias.

11 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES, HABILITAÇÃO (01) E PROPOSTAS DE PREÇOS (02):

11.1 - Os documentos para HABILITAÇÃO e a PROPOSTA DE PREÇOS exigidos no presente edital, deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitações no local, dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, **em envelopes distintos**, lacrados e numerados 01 e 02, contendo na parte externa os seguintes dizeres (exemplo):

11.1.1- ENVELOPE Nº. 01 - HABILITAÇÃO

Município de Santo Antônio da Patrulha – RS

Licitação Tomada de Preços Nº.035/2012

NOME COMPLETO DA EMPRESA LICITANTE

Fone/Fax para contato



11.1.2- ENVELOPE Nº. 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

Município de Santo Antônio da Patrulha - RS
Licitação Tomada de Preços .Nº.035/2012
NOME COMPLETO DA EMPRESA LICITANTE
Fone/Fax para contato

11.2 - O horário de abertura da licitação, será seguido pelo relógio do Departamento de Compras desta Prefeitura e deverá ser cumprido pelos participantes, sob pena, de decair o direito de participarem da licitação; não será admitida a participação de retardatários.

12- RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

12.1 – Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do Art. 109 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1 – As despesas decorrentes da presente licitação, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, TURISMO E ESPORTES
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01– DEPARTAMENTO TÉCNICO OPERACIONAL
FUNÇÃO: 23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS
SUB-FUNÇÃO: 695– TURISMO
PROGRAMA: 0115– Engenhos de Desenvolvimento Turístico
PROJETO: 1100 – Pavimentação das Estradas Neves o Otávio Benjamin
DESPESA: 4.4.9.0.51.00.00.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES (491)
RUBRICA: 44905199000000 – OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES

14- DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA:

14.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte, microempresa ou cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme estabelece a **Lei Complementar nº 123/2006**.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02(dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes



remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

14.2 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.

a) Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

14.3 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar 123/2006 mencionada, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d) Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

e) O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

15- DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1 - Os proponentes para participarem deste certame, deverão estar de pleno acordo com as condições pré-estabelecidas neste edital.

15.2 - **Decairá do direito de impugnar** perante a Administração, os termos deste Edital, aquele que o tenha aceito sem objeção ou venha apontar depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso (Art. 41, parágrafo 1º. e 2º. da Lei 8.666/93).

15.3 - Nenhum tipo de Impugnação ao edital, bem como Recurso Administrativo, serão aceitos por via "fax ou e-mail", somente será considerado válido, se for entregue em original e protocolado nesta Prefeitura Municipal, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações.



15.4- Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar ata e os contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora;

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da Lei nº. 8.666/93).

15.5- Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital;

15.6- Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos;

15.7- Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários;

15.8 - A presente licitação, será julgada em todas as suas fases, com observância na Lei Federal Nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

15.9 - Se a empresa proponente, necessitar de autenticações por parte de servidores desta Prefeitura Municipal (sem ônus), deverá encaminhar-se ao Depto. de Compras, em horário de expediente, até 01(uma) hora antes da abertura da licitação. Ultrapassado este prazo, não mais serão concedidas autenticações.

15.10 – Os envelopes enviados via Correio ou Transportadora, deverão ser remetidos com antecedência e aos cuidados do “DEPARTAMENTO DE COMPRAS”, caso contrário, não nos responsabilizaremos por envelopes que não cheguem em tempo hábil, às mãos da Comissão Permanente de Licitações.

15.11 – Toda e qualquer retificação a este edital, bem como, os julgamentos em todas as fases desta licitação, quando um ou mais licitantes não estiverem presentes no ato, será a respectiva publicidade, efetuada no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS, Imprensa Oficial deste Município, que pode ser consultado através do site: www.diariomunicipal.com.br/famurs.

15.12 - A autoridade superior competente, para aprovação do procedimento, poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.13 - As empresas licitantes, que não atenderem, ou forem divergentes com as condições estabelecidas neste edital licitatório, na Fase de Habilitação, ou na Fase de Julgamento das Propostas de Preços, poderão ser declaradas INABILITADAS e/ou DESCLASSIFICADAS, respectivamente, pela Comissão Permanente de Licitações.

15.14 - Demais direitos e deveres, serão disciplinados no contrato a ser firmado entre as partes.



PREFEITURA MUNICIPAL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



15.15 - Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha - RS.

16 - QUAISQUER ESCLARECIMENTOS, SOBRE ESTA LICITAÇÃO, SERÃO PRESTADOS PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA, EM HORÁRIO DE EXPEDIENTE: das 12:30. às 18:30, NO ENDEREÇO INDICADO NO PREÂMBULO DESTE EDITAL, E/OU PELOS FONES (51)3662-1269, E 3662-4000, RAMAL 216.

Santo Antônio da Patrulha - RS, 03 de julho de 2012.

DAIÇON MACIEL DA SILVA
Prefeito Municipal

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO
DE MATERIAS N.º _____/2012.**

Celebrado entre o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 88.814.199/0001-32, com sede de sua Prefeitura na Av. Borges de Medeiros, 456, administrado por seu Prefeito Municipal, **Sr. DAIÇON MACIEL DA SILVA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 105.119.620/53, portador da C.I. nº 6015457127, residente e domiciliado na Rua Mauricio Cardoso, nº 083, neste Município, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, CEP: _____, por seu representante legal Sr.(a) _____, _____(nacionalidade)__, _____(estado civil)__, _____(profissão)__, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador da C.I. nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, neste ato denominado de **CONTRATADA**, em conformidade com o Processo Licitatório na Modalidade de **TOMADA DE PREÇOS Nº 035/2012**, a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto: O objeto do presente contrato consiste na contratação de Empresa para Prestação de Serviços e fornecimento de materiais destinados a **PAVIMENTAÇÃO COM PEDRA BASÁLTICA IRREGULAR e meio fio em concreto, nas estradas Rubens das Neves e Otávio Benjamin, localizadas na Costa da Miraguaia**, neste Município, decorrente do contrato de repasse nº 0329.428/2010 – MINISTÉRIO DE TURISMO /CAIXA, e de acordo com o solicitado no memorando nº 129/2012 oriundo da Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Esportes, Memorial Descritivo planilhas orçamentárias, plantas e organograma físico financeiro em anexo, sendo estas, partes integrantes do presente processo licitatórias.

Observações do Objeto:

a) A obra será executada de forma indireta, no regime de empreitada por preço global (art. 10, inciso II, alínea “a” da Lei 8.666/93).

b) A **CONTRATADA** deverá fornecer todos os equipamentos necessários para a realização dos serviços (remoção de entulhos, transporte dos materiais e mão-de-obra e demais equipamentos e serviços necessários para a realização dos serviços).

c) Fica expressamente proibida a utilização de qualquer equipamento desta Prefeitura Municipal para a realização deste serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do recebimento da Obra:

a) **Provisoriamente**, o que será feito pela fiscal do contrato à engenheira **ELIANE PEIRANO COUTELLE** servidora desta Municipalidade, mediante termo circunstanciado, (Laudo Técnico de Vistoria) assinado pelas partes, dentro de 10 (dez) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**.

b) **Definitivamente**, o que será feito pelos fiscais do contrato A Engenheira **ELIANE PEIRANO COUTELLE**, servidora desta Municipalidade, responsável e designada pela autoridade superior competente da **CONTRATADA**, mediante termo circunstanciado (Laudo Técnico de Vistoria), assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, que será de 30(trinta) dias, ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

c) O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a **CONTRATADA**, a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ética-profissional pela perfeita execução deste contrato.

d) A **CONTRATANTE**, rejeitará no todo ou em parte, a obra ou serviço, que estiver em desacordo com o edital licitatório e seus anexos e respectivo contrato ou que demonstre qualquer anormalidade (defeito e avarias) na sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do valor Contratual: O valor contratual é R\$ _____

(_____)

MÃO DE OBRA: R\$ _____

VLR MATERIAIS: R\$ _____

CLÁUSULA QUARTA: Da forma de pagamento: O pagamento do objeto deste contrato dar-se-á em moeda corrente vigente no País, da seguinte forma:

4.1) O pagamento do bem objeto deste contrato dar-se-á em moeda corrente vigente no País, da seguinte forma:

a) Efetuado em 04 (quatro) parcelas, correspondentes aos serviços estabelecidos para execução, e será efetuado em até 15 (quinze) dias após o término do serviço.

a.1) O respectivo pagamento somente será liberado para quitação, 15(quinze) dias após o termino da etapa, mediante autorização por escrito – **LAUDO TÉCNICO** –, emitido pela **CONTRATANTE**, através da servidora municipal engenheira **ELIANE PEIRANO COUTELLE**, responsável pelo acompanhamento e fiscalização, obedecendo ao critério mensal de medição. A fatura deve vir acompanhada do comprovante de registro da obra junto ao INSS e a ultima Certidão Negativa de débito do referido órgão, prova de regularidade junto ao FGTS, cópia da carteira de trabalho assinada, documento de eventuais pagamentos de insalubridade, cópia dos recibos de pagamentos salariais e, se for o caso, de verbas rescisórias dos referidos funcionários.

a.2) As faturas mensais, relativas aos serviços executados pela **CONTRATADA**, deverão conter as quantidades e valores de todos os serviços executados a partir do início das obras, devendo constar, obrigatoriamente, no corpo das Notas Fiscais o seguinte: **TOMADA DE PREÇOS Nº 035/2012**, e o nº do empenho prévio, emitido por esta Prefeitura, referente a esta obra.

b) A **CONTRATADA** deverá emitir e apresentar ao **CONTRATANTE**, fatura em 04 (quatro) vias, da qual constem, discriminadamente, por itens e detalhes, todos os serviços executados, após a conclusão dos mesmos.

c) O CNPJ da **CONTRATADA** constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

d) Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, por parte da mesma, de qualquer de seus Sócios ou Diretores, correspondente a Tributos ou outros, de qualquer natureza, para com a **CONTRATANTE**, assim como, pela inadimplência deste ou outro Contrato qualquer.

e) A **CONTRATANTE** não efetuará nenhum pagamento a **CONTRATADA**, caso este, em que a mesma tenha sido multada, antes de ter sido paga a multa.

f) A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, a quitação mensal, da Folha de Pagamento dos funcionários que trabalharão na execução da obra, ou, do respectivo contrato de prestação de serviços, bem como, comprovante de quitação dos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.

g) A Prefeitura Municipal não realizará liquidação e pagamento de despesas sem que a **CONTRATADA** comprove documentalmente, a concessão de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), o pagamento integral de salário, férias, gratificação natalina, verbas rescisórias e o recolhimento integral de INSS e FGTS, relativamente a todos os empregados vinculados aos serviços contratados. Bem como, fiscalizará o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária por parte da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA – Da Fiscalização:

A fiscalização deste contrato será realizada pelos servidores **Engenheira ELIANE PEIRANO COUTELLE**, onde serão considerados todos os requisitos constantes neste instrumento.

CLAÚSULA SEXTA - Da Dotação: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA , TURISMO E ESPORTES

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 01 - DEPARTAMENTO TÉCNICO OPERACIONAL

FUNÇÃO 23- COMERCIO E SERVIÇOS

SUB-FUNÇÃO 695 – TURISMO

PROGRAMA 0115 – Engenhos do Desenvolvimento Turístico

PROJETO 1.100 – Pavimentação das estradas Rubens da Neves e Otávio Benjamin

DESPESA 4.4.9.0.51.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES (491)

RUBRICA: 4490519900000000 – OUTRAS OBRAS E INSTAÇÕES

CLÁUSULA SÉTIMA: Da responsabilidade da CONTRATANTE: -

7.1) A fiscalização dos serviços contratados, para exigir o fiel cumprimento do objeto contratual.

7.2) Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido na Cláusula Quarta.

7.3) Fornecer dados e informações que a **CONTRATADA** necessite para a execução do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - É de responsabilidade da CONTRATADA:

8) No momento da assinatura deste instrumento:

8.1) Relação dos funcionários envolvidos diretamente na execução da obra, bem como mantê-la atualizada durante a vigência deste contrato, sob pena de decair o direito a contratação.

8.2) Durante a execução do contrato:

8.3) Substituir no prazo máximo de uma semana, pessoa sob a sua responsabilidade, que esteja prejudicando o bem andamento dos trabalhos.

8.4) Refazer quaisquer obras e serviços, ou, substituir materiais executados ou fornecidos com defeitos, avarias ou em desobediência às Normas Técnicas vigentes, às suas expensas, desde que, atestadas pela Fiscalização do Município, que registrará o fato no Diário de Obras, e determinará as providências cabíveis no caso.

8.5) Remover durante e após a conclusão dos trabalhos, entulhos, restos de materiais e lixos de qualquer natureza, provenientes da obra ou serviços, objeto deste contrato.

8.6) Cumprir e fazer cumprir todas as normas Federais, Estaduais e Municipais, regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho de seus empregados, bem como, assumir todas as responsabilidades decorrentes da relação de trabalho, tais como, os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas;

8.7) Reservar em seu canteiro de obras, instalações para uso da fiscalização da **CONTRATANTE**, devendo estas instalações, serem submetidas à aprovação desta, se necessário, assegurando à mesma o acompanhamento do responsável pela obra e o fornecimento de todas as informações requeridas, bem como, acesso seguro a todos os locais da obra.

8.8) Sinalizar e iluminar convenientemente, às suas expensas, os trechos de execução da obra ou serviço, objeto deste contrato, de acordo com as Especificações Técnicas e Normas Brasileiras, vigentes, bem como as em vigor no Município.

8.9) Registrar o serviço da empreitada no CREA, em observância ao disposto na Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977.

8.10) Colocar, às suas expensas, nos lugares de execução das obras ou serviços, em locais visíveis, desde a instalação do canteiro, 02 (duas) placas com dizeres e dimensões, de acordo com o modelo fornecido pelo Município, as quais, no término das obras passarão à propriedade deste Município e deverão ser recolhidas ao depósito da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito.

8.11) Reservar em sua sede, local para o pleno desempenho do acompanhamento e fiscalização dos serviços, o que será realizado pelos fiscais engenheira **ELIANE PEIRANO COUTELLE**, indicada pela **CONTRATANTE**.

8.12) Tomar todas as providências relativas às máquinas, equipamentos e transportes.

8.13) Efetuar o pagamento de todos os impostos, diretos e indiretos referentes à execução da obra.

8.14) Manter o Diário de Obras, registros de todas as ocorrências da obra, relativas a serviços, prazos, pessoal, maquinários, comunicações entre as partes e demais fatos que se fizerem necessários, atualizados dia a dia.

8.15) Durante toda a vigência do contrato, toda correspondência enviada pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, referente ao objeto do contrato, deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio da Fiscal, engenheira **ELIANE PEIRANO COUTELLE**.

8.16) Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade, especialmente aos referentes aos bens objetos deste contrato.

8.17) Assumir inteira e expressa responsabilidade, pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução dos serviços decorrentes deste contrato.

8.18) Prestar informações exatas, e não criar embaraços à fiscalização do **CONTRATANTE**.

8.19) Não transferir a terceiros no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste contrato.

8.20) Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causá-los, em decorrência da execução do objeto contratual.

8.21) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados, sem ônus ao **CONTRATANTE**.

8.22) O representante do **CONTRATANTE** anotar em livro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados. As decisões ou providências que ultrapassem a sua competência serão solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

8.23) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.24) Manter no local da obra ou serviço, o Engenheiro Civil ou Arquiteto responsável, legalmente habilitado e de comprovada experiência na execução de obras ou serviços, similar ao do objeto do presente contrato.

8.25) Respeitar e cumprir o **Parecer Técnico nº 009/2012**, do Departamento Municipal de Meio Ambiente que se refere especificamente à construção da obra em epígrafe, parte integrante deste contrato.

8.26) **A CONTRATADA, deverá consignar garantia de construção de 5 (cinco) anos, conforme prescrito no art. 27 da Lei 8.087 d 11/09/90.**

8.27) No prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da assinatura do contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar garantia, numa das modalidades previstas no art. 56, §1º, I, II e III da Lei 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento), do valor contratado.

CLÁUSULA NONA – Da Vigência: O presente contrato terá vigência de 120 (cento e vinte dias) dias a contar de sua assinatura, e recebimento da ordem de serviço, podendo ser renovado por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA - Descumprimento contratual: Nos casos de descumprimento contratual além da rescisão, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades à **CONTRATADA**, garantida a prévia defesa, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito:

- Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto, limitado esta a 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria, após será considerado inexecução contratual.

- Multa de 8 % (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 01 (um) ano.

- Multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.

- A Inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e legais aplicáveis, de acordo com Art. 87 da Lei 8.666/93. Constitui também, motivos para a rescisão do contrato os arrolados no art. 78 da Lei 8.666/93.

- Causar prejuízo material resultante diretamente da execução ou inadimplência contratual, declaração de idoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município e multa de 10%.

- A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

- Nenhum pagamento será feito ao contratado que tenha sido multado antes de paga a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e legais aplicáveis. Constituem, também, motivos para a rescisão do presente contrato os arrolados no art. 78 da Lei 8.666/93. Quando a rescisão for por interesse público, o **CONTRATANTE** avisará à **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 15 dias, sem que ao mesmo caiba quaisquer indenizações, resguardo o pagamento pelos serviços já executados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Em caso de atraso no pagamento, o **CONTRATANTE** pagará juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório na Modalidade de **TOMADA DE PREÇOS Nº 035/2012..**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Aplica-se ao presente contrato a Lei 8.666/93 e nos casos omissos a Legislação Civil em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - As partes contratantes elegem o Foro da comarca de Santo Antônio da Patrulha para solucionar todas as questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santo Antônio da Patrulha, _____ de _____ 2012.

DAIÇON MACIEL DA SILVA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

(Contratada)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome

CPF

Nome

CPF

Responsáveis pela Fiscalização:

ELIANE PEIRANO COUTELLE
ENGENHEIRA CREA:



DECLARAÇÃO

Nº 017/2012

O Município de Santo Antônio da Patrulha, através do Departamento de Meio Ambiente, criado através da lei municipal nº 2014/1995, no uso de suas atribuições, conforme a lei municipal nº 4608/2004, de 28 de dezembro de 2004, art. 65, incisos V e VI, conforme alteração prevista na Lei Municipal 5.407 de 25 de janeiro de 2008, e a resolução CONSEMA nº 115/2006, de 09 de março de 2006, de acordo com o memorando SEGPLAN 186/2012, **DECLARA:**

Empreendedor: SECRET. MUNIC. DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO - SEGPA

CPF/CNPJ: CNPJ: 88.814.199/0001-32

Endereço: Av. Borges de Medeiros, nº 456, Cidade Alta

Município: Santo Antônio da Patrulha

CEP: 95500000

Para atividade de: Pavimentação de Rua Com Basalto Irregular

Localizada: Estradas Rubens das Neves e Otávio Benjamin, Costa da Miraguaia, 2º Distrito, Santo Antônio da Patrulha/RS

ISENTA A ATIVIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Esta Declaração não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Esta Declaração deverá estar disponível no local da atividade licenciada para fins de efeito de fiscalização.

Data de emissão: Santo Antônio da Patrulha, 08 de março de 2012.
Este documento declaratório é válido para as condições acima até: 08 de março de 2013.

Alexandre Gomes da Silva

Diretor do Departamento de Meio Ambiente

Recado 08/03/2012

ORÇAMENTO - PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA BASÁLTICA IRREGULAR E MEIO-FIO DE CONCRETO

ESTRADAS RUBENS DAS NEVES E OTÁVIO BENJAMIM - COSTA DA MIRAGUAIA - SEGUNDO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
SEÇÃO TRANSVERSAL: 8,0m
TRECHO: 805,00m
ÁREA: 6.440,00m²

Item	Discriminação dos Serviços	Unid	Quant.	Preço Unitário	Preço Total	Valor Total
1.0	SERVIÇOS INICIAIS					
1.1	PLACA PADRÃO	m2	2,00	R\$ 366,00	R\$ 732,00	
1.2	LOCAÇÃO PLANALTIMÉTRICA	m2	6440,00	R\$ 1,20	R\$ 7.728,00	
1.3	ESCAVAÇÃO MECÂNICA DO LEITO DA VIA h=20cm	m3	1288,00	R\$ 8,80	R\$ 11.334,40	
	TOTAL ITEM					R\$ 19.794,40
2.0	PAVIMENTAÇÕES					
2.1	FORNECIMENTO/IMPLANTAÇÃO COLCHÃO SAIBRO 25cm S/COMPACTAÇÃO	m3	1610,00	R\$ 32,50	R\$ 52.325,00	
2.2	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO PEDRA BASALTO IRREGULAR COM COMPACTAÇÃO	m2	6440,00	R\$ 23,55	R\$ 151.662,00	
2.3	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO MEIO-FIO CONCRETO PRÉ-MOLDADO	m	1610,00	R\$ 28,95	R\$ 46.609,50	
	TOTAL ITEM					R\$ 250.596,50
3.0	SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL					
3.1	PLACA DE SINALIZAÇÃO CHAPA GALV. 2,0 mm e HASTE GALV. 2,5" diâmetro H=3,0m	um	4,00	R\$ 200,00	R\$ 800,00	
3.2	PLACA DE NOME DO LOGRADOURO CHAPA GALV. 2,0 mm e HASTE GALV. 2,5" diâmetro H=3,0m	um	2,00	R\$ 200,00	R\$ 400,00	
	TOTAL ITEM					R\$ 1.200,00
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS						R\$ 271.590,90



ENGENHEIRA CIVIL ELIANE PEIRANO COUTELLE CREA 39541

MARÇO DE 2012

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO - PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA BASÁLTICA IRREGULAR

ESTRADAS RUBENS DAS NEVES E OTÁVIO BENJAMIM - COSTA DA MIRAGUAIA - 2º DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
SEÇÃO TRANSVERSAL: 8,0m
TRECHO: 805,00m
ÁREA: 6.440,00m²

Item	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	Peso %	Valor Total (R\$)	Peso %	Mês 1 R\$	Peso %	Mês 2 R\$	Peso %	Mês 3 R\$	Peso %	Mês 4 R\$
1.0	SERVIÇOS INICIAIS	7,29	19.794,40	100,00	19.794,40	-	-	-	-	-	-
2.0	PAVIMENTAÇÕES	92,27	250.596,50	18,00	45.107,37	28,00	70.167,02	28,00	70.167,02	26,00	65.155,09
3.0	SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL	0,44	1200,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	100,00	1.200,00
	TOTAL SIMPLES	100,00	271.590,90	23,90	64.901,77	25,84	70.167,02	25,84	70.167,02	24,43	66.355,09
	TOTAL ACUMULADO	100,00	271.590,90	23,90	64.901,77	49,73	135.068,79	75,57	205.235,81	100,00	271.590,90

ELI

ENGENHEIRA CIVIL ELIANE PEIRANO COUTELLE CREA 39541

MARÇO DE 2012

- MEMORIAL DESCRITIVO -

- PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA BASÁLTICA IRREGULAR -

GENERALIDADES:

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para execução de revestimento em pedra basáltica irregular em trecho de 805 metros de comprimento, sendo 330m no final da estrada rural Otávio Benjamim e 475m na estrada rural Rubens das Neves a partir do entroncamento destas, na localidade de Costa da Miraguaia, segundo distrito de Santo Antônio da Patrulha, com pista de rolamento com 8m de largura. O início da pavimentação se dará no km 3+030 da estrada Otávio Benjamim e terminará no km 0+475 da estrada Rubens das Neves, conforme levantamento planimétrico do local. A contratada deverá fornecer o material, a mão de obra e o equipamento necessário para realização dos serviços.

1. Serviços Preliminares:

Os serviços de alteração das cercas existentes para manter a largura mínima da estrada estabelecida em lei, bem como o envaletamento através de escavação mecânica ou limpeza das valas existentes, o patrolamento do leito da estrada para manter os caimentos mínimos e o nivelamento das partes da via a ser pavimentada, a fim de delimitar as perfeitas intersecções das vias e o escoamento das águas pluviais serão de responsabilidade da contratante.

Os drenos que atravessam a estrada e outros que se fizerem necessários deverão ser recuperados ou executados pela contratante, antes do início da pavimentação da via.

2. Movimento de Terra:

Antes de iniciar os serviços de pavimentação, deverá ser executada a limpeza de toda a via a ser pavimentada. Esta limpeza deverá remover todo o entulho presente no local, bem como remover solo impróprio por escavação mecânica. Após será feita a locação da obra com colocação de 25cm de saibro. Deverá ser mantido o caimento de 3% do eixo da estrada para cada lado da pista.

3. Materiais:

As pedras irregulares devem ser de basalto, de granulação fina ou média, não devendo apresentar sinais de degradação.

As pedras deverão apresentar forma de poliedros de quatro a oito faces, devendo a maior dimensão da face de rolamento ser inferior a altura da pedra quando definitivamente colocada, sendo que suas dimensões deverão estar compreendidas entre os seguintes limites:

- deverão ficar retidas em um anel de 8cm de diâmetro;
- deverão passar num anel de 20cm de diâmetro.

4. Equipamentos:

Os equipamentos utilizados deverão prover a completa execução dos serviços adaptando-se às condições locais, sob responsabilidade da contratada:

- rolo compactador vibratório de rodas lisas;
- placa vibratória;
- ferramentas diversas, tais como: martelo de calceteiro, ponteira de aço, pá, carrinho de mão, régua, nível de pedreiro, cordel, vassoura, etc.

5. Execução:

As pedras irregulares deverão ser cravadas de topo por percussão, justapostas sobre o colchão de saibro com espessura de no mínimo 20 cm, sendo ajustadas e batidas com martelo apropriado de calceteiro.

As pedras "mestras" serão cravadas com espaçamento de cerca de 4m no sentido longitudinal e 1,0m a 1,5m no sentido transversal, de acordo com os perfis de projeto.

Quando da execução assegurar-se-á que a maior dimensão da face de rolamento seja menor que a altura da pedra a ser cravada no colchão de saibro, devendo as mesmas ficar entrelaçadas e bem unidas de modo a que não se coincidam as juntas vizinhas, ficando as de forma alongada no sentido transversal ao eixo.

Após o assentamento das pedras, será processado o rejunte e a rolagem com compactação. As pedras serão rejuntadas com saibro.

Após o rejunte, será feita a retirada do excesso de materiais, iniciando-se a rolagem ou compactação.

A rolagem ou compactação será sempre mecânica, através de rolo compactador vibratório de rodas lisas ou placa vibratória para os locais inacessíveis ao rolo.

Junto às calhas a rolagem será no sentido longitudinal. Na área restante e simultaneamente se processará no sentido transversal. Em ambos os casos a rolagem se fará inicialmente sem a utilização do efeito vibratório e após com este.

Os vazios resultantes da compactação serão preenchidos novamente.

6. Controle:

O pavimento pronto deverá ter a forma definida pelo projeto, com as definições de tolerância:

-Tolerância nas dimensões das pedras irregulares.

Antes do assentamento:

- a) será separada uma amostra constituída por 5% das pedras de cada lote;
- b) quando mais de 10% das pedras dessa amostragem não preencherem as condições desta especificação o lote será recusado;
- c) será, facultado à fornecedora apresentar novamente para exame parte do lote recusado, por ela separada e escolhida no próprio canteiro de obra.

Durante o assentamento:

- a) serão recusados no momento de assentamento, mesmo depois de aceito o lote, as pedras irregulares que não preencherem as disposições desta especificação, devendo a empresa construtora providenciar a substituição das mesmas;
- b) serão aceitos até 5% de pedras apresentando dimensões que se afastem ligeiramente das impostas nesta especificação;

-Tolerância de superfície: a superfície do calçamento não deverá apresentar, sob uma régua de 3,0m de comprimento, disposta paralelamente ao eixo longitudinal do pavimento, depressão superior a 1,5cm entre a face inferior da régua e a superfície do calçamento.

ELIANE PEIRANO COUTELLE
ENGENHEIRA CIVIL
CREA 39451

h.05
6

- MEMORIAL DESCRITIVO -

- COLOCAÇÃO DE MEIO-FIO DE CONCRETO -

INTRODUÇÃO:

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para colocação de meio-fio de concreto pré-moldado, em trecho de 805 metros nas estradas rurais Otávio Benjamim e Rubens das Neves, em Costa da Miraguaia, distrito de Miraguaia, a serem pavimentadas com pedra de basalto irregular.

1. Materiais:

Os meios-fios de concreto pré-moldados deverão atender, quanto aos materiais e métodos executivos empregados, as disposições das NBR - 5732, NBR - 5733, NBR - 5735 e NBR - 5736.

Deverão atender, ainda, as seguintes condições mínimas:

- a) consumo mínimo de cimento: 300 Kg/m³;
- b) resistência à compressão simples: 25 Mpa (250 Kgf/ cm²);
- c) desgaste por abrasão: máx. 4mm;
- d) textura: as faces aparentes deverão apresentar textura lisa e homogênea;
- e) areia (média ou grossa), pó de pedra, cimento e concreto magro serão os materiais utilizados na fase de assentamento das peças.

2. Meios-fios:

Os meios-fios de concreto pré-moldados deverão ter comprimento de 1,00m, espessura na base de 0,12m, espessura no topo de 0,10m e altura total de 0,26m.

3. Meios -fios rebaixados:

Por tratar-se de estrada rural, os meios-fios, serão assentados no nível do pavimento, permitindo o livre escoamento das águas pluviais do leito do pavimento para os drenos de valas a céu aberto das estradas. Na ocasião em que futuramente for realizada a drenagem pluvial com execução de rede com tubulação e caixas de bocas de lobo, estes meios fios poderão ser recolocados formando sarjetas.

Nos locais em frente a residências, onde os proprietários se comprometerem em fazer o passeio, poderá ser colocado a 15cm do pavimento, sendo que nas entradas de veículos, o meio fio será rebaixado.

4. Equipamento:

Para a execução do assentamento de meios-fios de concreto pré-moldado, a contratada deverá providenciar o equipamento mínimo de:

- ferramentas manuais;
- soquetes manuais, com diâmetro da área de contato de 6 a 8 cm e peso de 4kg.

EB

5. Execução:

A execução compreenderá assentamento e rejuntamento do meio-fio, a saber:

5.1. Assentamento:

Os alinhamentos dos meios-fios serão dados por fio de nylon esticado, com referências topográficas não superiores a 20,00 m, nas tangentes horizontais e verticais e 5,00 m nas curvas horizontais ou verticais. Os meios-fios assentar-se-ão diretamente sobre a base acabada. Para isso a base deverá ser executada com uma largura suficiente para permitir o seu pleno apoio.

À medida que as peças forem sendo assentadas e alinhadas, após o rejuntamento deverá ser colocado o material de encosto. Este material deverá ser colocado em camadas de 10cm e cuidadosamente apiloado com soquetes manuais, de modo a não desalinhar as peças.

Quando os meios-fios de concreto forem inseridos na base, a reconstrução da área escavada deverá ser feita com o mesmo material devidamente compactado com equipamento apropriado, nas mesmas condições anteriores.

5.2. Rejuntamento:

Concluídos os trabalhos de assentamento, o rejuntamento será feito com argamassa de cimento e areia no traço 1:3. A argamassa de assentamento deverá tomar toda a profundidade das juntas. A face exposta da junta será dividida ao meio por um friso de 3mm.

6. Controle:

De cada 100 peças de meios-fios de concreto a fiscalização retirará uma amostra para os ensaios de resistência e desgaste. Não passando nos testes, o lote será declarado suspeito e serão retiradas mais duas amostras para novos ensaios de verificação. Não passando novamente, todo o lote será rejeitado. A fiscalização determinará a execução de uma marca indelével nas peças condenadas e fixará um prazo para sua remoção do canteiro de obra. A substituição das peças assinaladas será de responsabilidade da contratada.

Defeitos que venham a ocorrer durante ou após o assentamento deverão ser sanados. Não caberá indenização quando esses defeitos ocorrerem por falha ou negligência do executor.



ELIANE PEIRANO COUTELLE
ENGENHEIRA CIVIL
CREA 39.541

21

- MEMORIAL DESCRITIVO -
- FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SAIBRO -

GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais para o fornecimento de saibro para pavimentação com pedra basáltica irregular.

MATERIAIS

Os materiais a serem fornecidos deverão ser constituídos de solos homogêneos, isento de raízes, blocos de rocha e outras impurezas e que apresentem características físicas e mecânicas de acordo com as diretrizes do projeto e especificações próprias da ABNT.

EQUIPAMENTOS

Serão utilizados os equipamentos de carga necessários bem como transporte com descarga mecânica do tipo basculante que atendam as especificações técnicas e do cronograma de serviço.

EXECUÇÃO

O saibro será fornecido no canteiro de obras em quantidades determinadas pelo projeto.

CONTROLE

O controle do material compreenderá:

- a) Uma caracterização completa – análise granulométrica por peneiramento e limites de liquidez e plasticidade, uma vez por dia ou para cada 250m³ de material fornecido ou a qualquer momento se assim a fiscalização exigir;
- b) Um ensaio de Índice Suporte Califórnia (ISC) a cada dois dias de efetivo fornecimento, ou para cada lote de 250m³ de material fornecido.



ELIANE PEIRANO COUTELLE
ENGENHEIRA CIVIL
CREA 39.541



- MEMORIAL DESCRITIVO –
- SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL-

Atendendo os manuais de “Sinalização Vertical de Regulamentação” – Volume I, CONTRAN/DENATRAN, publicado por meio da Resolução N° 180, de 26 de agosto de 2005 e de “Sinalização Horizontal” – Volume IV, CONTRAN/DENATRAN, publicado por meio da Resolução N° 236, de 11 de maio de 2007, serão instaladas duas placas de PARE de sinalização vertical de regulamentação de trânsito, R1 parada obrigatória, no entroncamento das estradas Rubens das Neves e Otávio Benjamim.

As placas serão de chapa galvanizada com no mínimo 2mm de espessura e pintadas com tinta reflexiva. As hastes de fixação serão em tubo de ferro galvanizado com 3m de altura acima do nível do passeio.

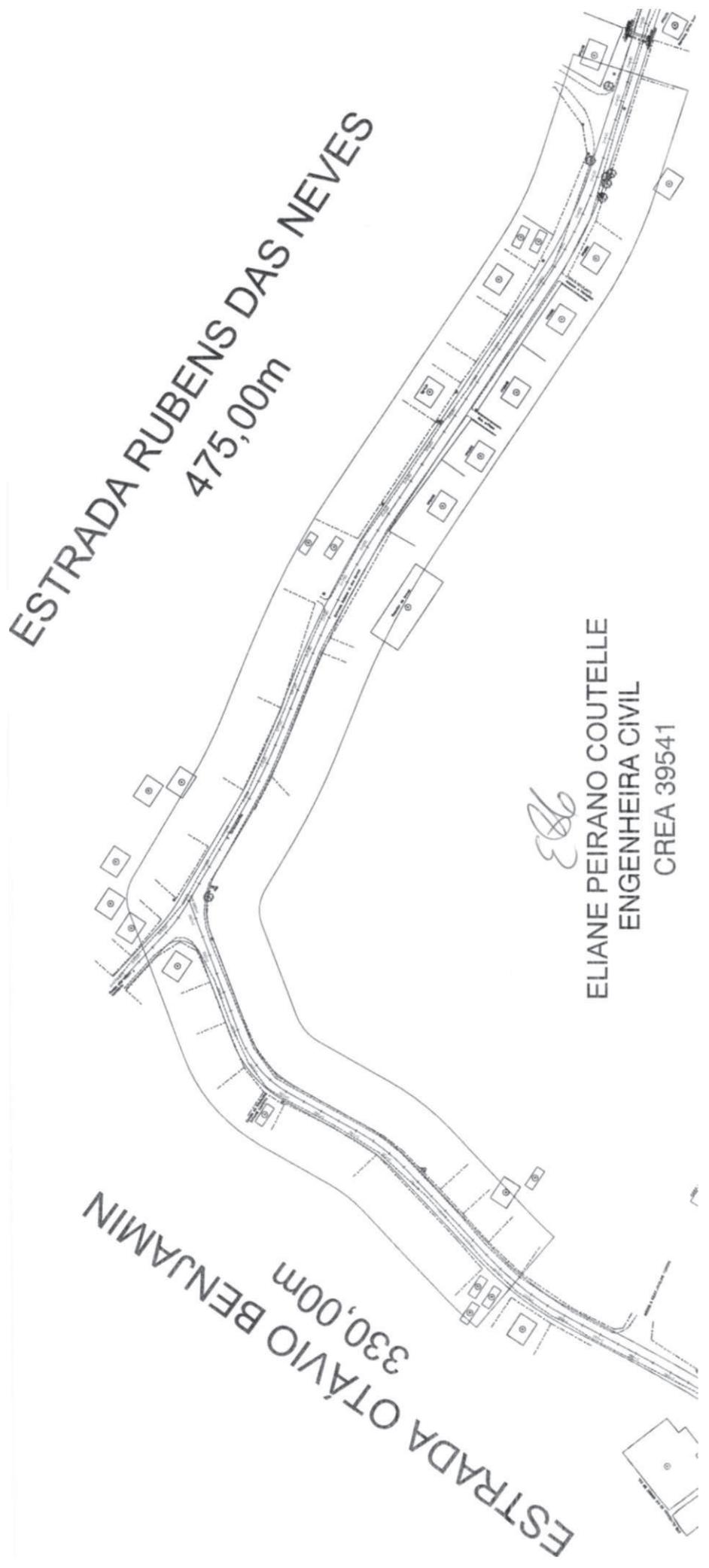
A localização das placas é mostrada na planta de pavimentação das estradas.



ELIANE PEIRANO COUTELLE
ENGENHEIRA CIVIL
CREA 39.541

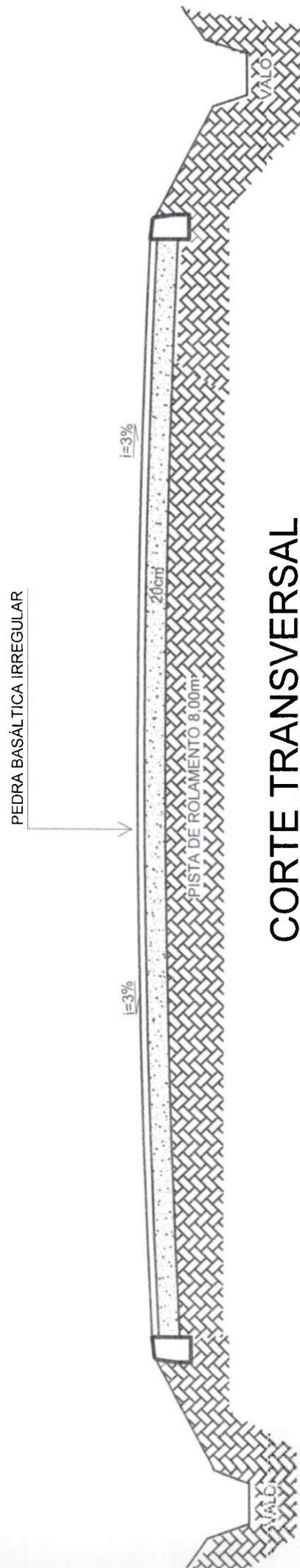
PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA BASÁLTICA IRREGULAR
COSTA DA MIRAGUAIA - MIRAGUAIA

TRECHO DE 805,00m



ESTRADA OTÁVIO BENJAMIM E

ESTRADA RUBENS DAS NEVES



CORTE TRANSVERSAL

esc.: 1/50

Eliane Peirano Coutelle
Eng^a Civil - CREA 39.541